

POLÍTICA SOCIAL E LUTA DE CLASSES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Apresentação oral realizada no Seminário
Sindicato/Empresa, promovido pela PUCSP e ADCE-
UNIAPAC, em 23.03.1981*

Eu tinha idéia de falar (e vou ainda falar um pouco neste pequeno espaço de tempo que tenho) sobre as relações Sindicato/Empresa, que é o assunto geral. Mas a tese do Paul Singer tão interessante e tão debatível que, antes, vou discuti-la.

Não há dúvida de que no Brasil qualquer processo de desconcentração de renda passa por aumento do salário e passa também por redução dos diferenciais do salário. Os diferenciais de salário que D. Cândido citou com muita clareza são escandalosos no Brasil e precisam ser reduzidos. Entretanto, se isto para mim é indiscutível, é uma coisa que talvez esteja, de alguma forma, na consciência do povo brasileiro, porque nós temos uma lei salarial que, a meu ver, não foi dada pelo governo, mas conquistada pela sociedade brasileira e essa lei salarial estabelece um principio nesse sentido. Pode ter defeitos, mas nas suas linhas gerais ela realmente reduz o leque salarial. Não se substitui ao mercado nem resolve outros problemas relacionados, mas, não há dúvidas que essa lei tem o sentido de reduzir o leque salarial e que foi fruto de uma intensa crítica, feita durante 10 anos pelo menos, contra exatamente essas imensas diferenças salariais. Eu voltarei a falar dessa lei um pouco adiante.

Eu estou de acordo que é preciso reduzir o leque salarial os salários dos executivos mais elevados, da alta tecnoburocracia (como eu os chamo) eles são excessivos evidentemente e o salários mínimo é uma brincadeira neste país.

Mas Paul Singer, de certa maneira, fez um ataque ao salário indireto ou o chamado consumo social e, neste ponto, eu tenho uma certa dificuldade em concordar. Ele fez uma análise muito interessante e disse que o nosso consumo social (e ele citou

especialmente o caso do INAMPS) é um consumo que transforma os trabalhadores em objeto, então essa solução não é justa nem razoável. A melhor solução seria pagarmos salários mais elevados aos nossos trabalhadores, de forma que eles possam pagar suas consultas e serviços médico-hospitalares.

Eu não concordo com isto (e assim nós podemos debater) pelo seguinte: o consumo social, que é o caso do INAMPS, a educação gratuita e uma série de outros melhoramentos públicos que são feitos e não são cobrados diretamente da população, têm uma razão de ser econômica. Eles não acontecem exclusivamente por uma estratégia da classe dominante para submeter à classe dominada. Se nós fossemos a países estatais (chamados países comunistas ou socialistas, mas eu prefiro chamá-los de estatais) em que a distribuição de renda é muito melhor que no Brasil, como, por exemplo, Cuba (tavez esse país seja um tabu, mas vamos estudá-lo ao invés de transformá-lo em tabu), veríamos que o consumo social tem um papel decisivo. Cuba é um país pobre, é um país onde a produção por habitante é baixa, onde as taxas de produtividade são reduzidas, é um país que teria que ter o seu comércio natural com os EUA e não tem devido a um sistema de repressão violenta. Isto é compensado pela URSS, mas evidentemente não é uma compensação completa. Portanto, percebe-se que Cuba é um país claramente subdesenvolvido; é difícil medir a sua renda “per capita” mas, pelas informações que tenho, é um país relativamente pobre dentro da América Latina, inclusive perdeu posição em relação a vinte anos atrás, quando foi feita a revolução, em termos de renda “per capita”. O Brasil cresceu muito mais do que Cuba e, no entanto, o padrão de vida do povo cubano é muito mais elevado do que o padrão de vida médio do povo brasileiro. Não tem comparação, é muito melhor. Provavelmente, o padrão de vida do povo cubano é o melhor que existe na América Latina. Talvez Costa Rica? Argentina? Duvido. Tudo indica que o padrão de vida cubano é o mais elevado que há na América Latina. E porque, se são pobres? Porque a distribuição de renda é muito melhor? Sim, em parte. Há uma segunda coisa que é o fato do consumo social ser muito desenvolvido. O problema todo é que o consumo social é mais barato, é consideravelmente mais barato. Se nós fossemos, pagar os salários para os nossos trabalhadores para eles poderem pagar médicos, os quais cobram três ou quatro mil cruzeiros à consulta, a coisa se tornaria complexa.

Eu considerei a análise de Paul Singer extremamente interessante no momento em que ele fez uma crítica ao sistema. Neste ponto eu também estou de acordo. A solução é que não me pareceu a melhor.

A crítica à transformação do trabalhador em objeto é correta. Mas por quê? Porque? Nosso consumo social é tão reificante, diferentemente do que acontece na Escandinávia ou na Inglaterra e certamente nos países socialistas ou estatais? A diferença fundamental é que um país como a Inglaterra 80 ou 90% da população se serve do consumo social. Só os ricos, os muito ricos é que não se servem. A maioria da população é obrigada a servir-se do consumo social porque é impensável outra forma, pelo fato de ser muito caro. Se nós brasileiros de classe média fossemos obrigados a nos servir do INAMPS ou do ensino público de 1º e 2º graus (não do universitário, porque ele é invertido aqui no Brasil: o ensino melhor, com mais verbas, é o estatal e gratuito). Se a classe média (não digo a alta burguesia porque essa optará sempre pelo consumo privado) fosse se servir do INAMPS ou da educação pública, o nível mudaria e seria mais difícil discriminar os pobres. Mas é claro que isso está relacionado com o processo de mudança do poder e com o processo de mudança de salários, porque os salários estão relacionados com o poder.

Parece-me, portanto, que a política social que Paul Singer descreveu no começo diz que, se nós pensarmos nos velhos sistemas capitalistas: de Adam Smith, de David Ricardo (que era um sistema capitalista competitivo e individualista), no capitalismo que Marx conheceu em meados do século XIX e que estava baseado na idéia do indivíduo que livremente compra e vende no mercado a sua força de trabalho (livremente não, porque ele nunca foi livre em parte alguma para vender sua força de trabalho; mas isso é só um “pequeno” detalhe), veremos que esse capitalismo mudou toda a estrutura econômica e social dos países hoje capitalistas, desde que se desenvolveu o chamado “welfare State”. Ele existe fundamentalmente nos países desenvolvidos, mas também existe um princípio dele nos países subdesenvolvidos. Em outras palavras, o consumo social é parte integrante do sistema econômico capitalista contemporâneo.

Nós podemos ter uma boa ou uma má política social. E de que depende uma boa política social? Eu penso que depende fundamentalmente da intensa participação popular nos

vários centros de decisão da sociedade, que são as escolas, as universidades, as empresas, os sindicatos, as entidades religiosas.

Política social, da parte do Estado, é fundamentalmente a política de despesas públicas. O estado tem uma série de despesas. Ele gasta o dinheiro que recolhe dos impostos e taxas de várias maneiras; construindo belas rodovias, melhorando os serviços do Jardim América e Morumbi, construindo pontes como a Rio/Niterói ou subsidiando acumulações privadas de varias formas. Dessa forma beneficia o consumo de luxo e a acumulação privada. Mas pode também realizar despesas visando o consumo social popular.

Normalmente, no Brasil, o consumo popular é o que fica por último, mas, porque isso? Porque os trabalhadores não têm poder de reivindicação ao nível dos sindicatos, das sociedades de bairros e em todos os níveis da sociedade, e é a isto que D. Cândido se refere. São nesses níveis em que a reivindicação tem que ocorrer e em que a pressão tem que se realizar. Se essa pressão acontecer, poderá haver uma certa mudança.

Eu diria, inclusive, que nesse processo houve algumas mudanças nestes últimos 4 ou 5 anos. Os trabalhadores, hoje, têm, dentro do processo de abertura política, um poder maior de reivindicação e estão se fazendo manifestar cada vez mais, com maior insistência, especialmente ao nível de prefeitura (isto está acontecendo muito fortemente em relação à política de despesas da Prefeitura de S. Paulo, na periferia). Vê-se a toda hora as favelas se organizando e indo brigar por seus direitos.

Agora, eu gostaria de falar ainda sobre a relação Sindicato/Empresa. Esse é o tema principal deste Simpósio.

Sobre este assunto, eu gostaria de fazer duas ou três observações que me parecem realmente importantes. Uma delas é o problema principal que os Sindicatos enfrentam, na medida em que eles precisam reivindicar e defender os direitos dos trabalhadores: livrar-me da tutela governamental. Os Sindicatos sabemos perfeitamente, são tutelados pelo Estado e eles precisam se liberar dessa tutela.

Há, porém, uma coisa que não é tão óbvia assim. Para as empresas, o processo de liberação dos Sindicatos é também muito importante. Significa ter sindicatos livres porque, sem esses órgãos capazes de reivindicar, dificilmente as empresas terão bons

empresários e administradores que trabalhem para elas e conseqüentemente não terão condições de viverem uma sociedade democrática. Eu não conheço nenhuma sociedade democrática que tutele empresários e sindicatos. Temos uma sociedade e um estado que tutelam os sindicatos, as empresas, isto é, somos todos tutelados. O preço que a burguesia paga e que as classes médias brasileiras pagaram pela tutela dos sindicatos, que foi realizada sistematicamente, é a tutela sobre a própria burguesia, feita por uma burocracia estatal, civil e militar.

Não foi por acaso que o processo de abertura política foi uma coisa que os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais e a Igreja já reclamavam há muito tempo. Reclamavam desde que começaram os períodos negros da ditadura em 64 e depois em 68 e não paravam de protestar. A abertura política, no entanto, só começou a ocorrer um pouco depois de 75, mais especificamente a partir de 77. Logo depois do último grande golpe autoritário do sistema militar (que foi o pacote de abril), aconteceu a grande virada. Isto só aconteceu quando a essas forças da sociedade, que sempre haviam protestado contra a ditadura, somou-se outra a dos empresários. Não há dúvida nenhuma que a partir de 77 a burguesia, que era autoritária e estava comprometida com a dita-dura de todas as maneiras possíveis e imagináveis, resolveu mudar de posição e mudou, não radicalmente, mas em amplos setores.

Vocês terão aqui alguns empresários que fizeram parte dessa mudança, que participaram do processo de mudança ao nível da burguesia. Eles não fizeram isso gratuitamente, por amor aos trabalhadores ou por amor à democracia como idéia geral, mas porque perceberam que tutelar trabalhadores poderia ser útil enquanto estavam apavorados com o comunismo de 64 ou quando o milagre econômico se realizava, mas, a longo prazo, a tutela dos trabalhadores e do sindicato implicava em eles também serem tutelados. Ora, liberdade é uma coisa que os trabalhadores, os estudantes, os empresários, os administradores profissionais, enfim, todos prezam. A liberdade é uma coisa muito importante e que não pode ser jogada fora assim tão facilmente. Eles perceberam que não se pode fazer um compromisso nesse processo.

Não quero dizer com isto que existem interesses comuns entre os trabalhadores e os empresários. De fato não existem, ou existem secundariamente. O sistema capitalista é

caracterizado pela luta de classes e luta de classes não é de maneira alguma “nome feio”. É um processo normal, comum, perfeitamente aceitável, isto é, faz parte do sistema desde que ele surgiu, há 200 anos na Inglaterra. É, portanto, a prática mais comum e habitual em todos os países civilizados. Nela, os trabalhadores reivindicam, brigam, são razoáveis e às vezes deixam de sê-lo, passam dos limites em alguns momentos em outros retrocedem. Mas essa dinâmica, essa dialética é absolutamente normal e necessária.

Essa luta é necessária não só para que o processo democrático se mantenha, mas para outras coisas também. Nós sabemos hoje, por exemplo, que as teorias econômicas clássicas diziam que nos países desenvolvidos os salários iriam permanecer ao nível de subsistência, mas isso não aconteceu. Os salários cresceram sistematicamente a partir de 1870, quando os sindicatos começaram a ficar fortes nesses países, e realizaram grandes e terríveis lutas sindicais.

Mas, será que os empresários foram muitos prejudicados com isso? Parece que não. As taxas de lucros dos empresários se mantiveram constantes porque os salários não cresceram mais que a produtividade média. Os mercados para as empresas cresceram e os empresários puderam colocar suas mercadorias. Assim, essa é a dialética em que o empresário é muitas vezes vencido numa luta sindical pelos trabalhadores, mas a derrota não é necessariamente uma derrota completa porque “há males que vêm para bem”. Se não houvesse isso não haveria harmonia social a longo prazo. Se se tivesse mantido os trabalhadores ingleses ou americanos com os salários a nível de subsistência, em primeiro lugar, os Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, nunca seriam desenvolvidos como o são hoje. Em segundo lugar, a situação política e social nesses países seria explosiva. Então, as vantagens de uma concentração de renda violenta para a classe dominante a burguesia seriam muito relativas altamente discutíveis. A luta de classes existe, é normal, mas acaba sendo conduzida pela inteligência de ambas as partes e acaba por ser afinal benéfica.

O problema fundamental dos Sindicatos é o de se livrarem da tutela do Estado. Para isso os Sindicatos precisam do apoio de toda a sociedade civil. Mas há um problema com os sindicatos: para conseguirem se livrar dessa tutela precisam também lutar contra si próprios.

Há dois problemas fundamentais que dificultam essa autonomia dos sindicatos em relação ao Estado. Um é chamado unidade sindical, isto é, o princípio de que só pode haver um sindicato. Eu penso que seria muito bom se pudesse haver uma unidade sindical, mas uma unidade natural e não uma decretada pelo Estado. O Sindicato deve poder organizar-se livremente. Se houver dois ou três sindicatos em uma mesma categoria ou mesmo um que pegue amplos setores da sociedade, pouco importa: faz parte da regra do jogo. O que me parece pouco lógico é um sistema de unidade sindical decretada pelo Estado. Quando o Estado tem poder para decretar isso, ele tem poder para decretar outras coisas e, evidentemente, começa a tutela. O segundo problema é chamado imposto sindical. Eu penso que o imposto sindical é um absurdo, é uma forma que o Estado Corporativo de Vargas encontrou para também tutelar os sindicatos, isto é, comprá-los.

Assim, com esses dois problemas é muito difícil para os líderes sindicais lutarem contra os obstáculos porque há interesses internos muito grandes em jogo. Felizmente eu não sou líder sindical, mas é um problema que realmente dificulta a vida deles e precisa ser resolvido.

(Apresentação oral realizada no Seminário Sindicato/Empresa, promovido pela PUCSP e ADCE-UNIAPAC, em 23, 03,81, com a participação de D. Cândido Padin e Paul Singer)